



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e onze, nesta cidade de São Paulo, na Sala do Conselho da São Paulo Previdência, sito à Rua Bela Cintra, nº 657, 1º andar, às 10 horas, conforme prévia convocação, reuniu-se ordinariamente o referido Conselho. Presentes o Dr. José do Carmo Mendes Junior, Conselheiro Presidente, a Dra. Maria Rita Vaz de Arruda Corsini, Vice-Presidente e os Conselheiros titulares Celso Pinhata Júnior, Ernesto de Jesus Herrera, Ângelo D'Agostini Júnior, Ivani Maria Bassotti, Marta Elizabete de Araujo, Rodolpho Marques Filho, Carlos Antônio Gamero, Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd, Luis Carlos dos Santos, Antônio Dorival Gamba e Júlio Bonafonte. Ausente o Conselheiro Osmar de Oliveira Marchese, cuja falta foi justificada e presente o seu suplente, o Dr. José Salomão Fernandes. Presentes, ainda, os Conselheiros suplentes Zilda Halbem Guerra e Diógenes Francisco Marcelino. Ausente Carlos Henrique Flory, Diretor Presidente da SPPREV, cuja falta foi justificada, estando presente José Roberto de Moraes, respondendo pela Presidência da SPPREV. O Presidente do Conselho declarou abertos os trabalhos da reunião. Inicialmente, a ata da 38ª reunião ordinária foi lida, aprovada e assinada por todos. Em seguida, foi dada a palavra ao Conselheiro Antônio Dorival Gamba que relatou os problemas ocorridos com o Sindicato dos Fiscais de Rendas. Segundo afirmou o Conselheiro Antônio Dorival Gamba, não tem constado nos holerites dos Fiscais de Rendas as quantidades de quinquênios e outros itens necessários e, em contrapartida, vem constando descontos de APEOESP. Após fazer tais considerações, o referido Conselheiro entregou ao Diretor Presidente da SPPREV em exercício um requerimento dos fiscais de rendas. O Conselheiro Antônio Dorival Gamba ainda ressaltou os problemas ocorridos com as Consignações. O mesmo Conselheiro fez referência a uma situação de aposentadoria por invalidez, que chegou ao seu conhecimento, onde os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

funcionários da Secretaria da Fazenda de Sorocaba tentaram fazer a inclusão no sistema, tendo sido orientado pela SPPREV neste sentido, entretanto, não conseguiram fechar o processo. O Conselheiro Antônio Dorival Gamba relatou que, por várias vezes, tentaram entrar em contato com a SPPREV, por via eletrônica ou telefone, sendo que não obtiveram êxito e, quando solicitaram o apoio da Central, na setorial da Secretaria da Fazenda, obtiveram a informação de que o processo não deveria ir pelo sistema, mas sim manualmente, porque se tratava de aposentadoria por invalidez. O Conselheiro Antônio Dorival Gamba disse que a SPPREV está dando uma informação inicial e, ao final, informa de maneira diversa, sugerindo, então, que a SPPREV tenha um “help desk” para atender aos usuários. O Conselheiro Antônio Dorival Gamba também colocou em questão a demora na homologação das certidões e no aumento do número de concessões de aposentadorias em prazo superior a 90 (noventa) dias. A Conselheira Ivani Maria Bassotti disse que, quanto à concessão de aposentadorias no prazo superior a 90 (noventa) dias, há cerca de um mês e meio, foi realizada uma reunião na SPPREV com a UCRH e todos os setoriais de Recursos Humanos, onde se tentou apresentar uma solução, pelo sistema, para resolver esta questão dos 90 (noventa) dias. Segundo a referida Conselheira, esse prazo de 90 (noventa) dias é contado a partir da comprovação. A Conselheira Ivani Maria Bassotti esclareceu que os setoriais de Recursos Humanos já não são mais os homologadores para a concessão de aposentadorias, eles simplesmente fornecem as informações para a SPPREV e, a partir desses dados, a SPPREV faz a contagem e, conseqüentemente, concede a aposentadoria. A referida Conselheira explicou que antes o prazo de 90 (noventa) dias era contado a partir da data da publicação da homologação da certidão pelos setoriais de Recursos Humanos. A Conselheira Ivani Maria Bassotti afirmou, ainda, que se está buscando uma alternativa, via sistema da SPPREV, para fazer esta contagem, tendo chegado a um acordo com todos os setoriais, os quais estão esperando a alteração do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

sistema da SPPREV. A Conselheira Ivani Maria Bassotti disse que, feito isso, será possível baixar uma Instrução conjunta entre a UCRH e SPPREV para poder implantar as regras. O Conselheiro Antônio Dorival Gamba indagou se haveria alguma previsão para referida alteração do sistema. O Diretor Presidente da SPPREV em exercício disse que tal prazo poderá ser verificado. Ainda em relação às homologações das certidões, a Conselheira Marta Elizabete de Araujo sugeriu que fossem priorizados os casos daqueles que estão próximos de se aposentar, porquanto existem muitos casos de jovens que acabaram de ingressar no serviço público estadual e, em seguida, passam em concursos públicos federais e já pedem a referida certidão de contagem de tempo. A Conselheira Marta Elizabete de Araujo também afirmou que tentou entrar em contato, pelo telefone, com a SPPREV, mas não conseguiu ser atendida. Neste mesmo sentido, a Conselheira Ivani Maria Bassotti declarou que o pessoal do setorial de RH também está encontrando dificuldades para ser atendido por telefone pela SPPREV. A Conselheira Ivani Maria Bassotti sugeriu fossem disponibilizadas pessoas para atendimento dos órgãos setoriais. Passada a palavra ao Conselheiro Rodolpho Marques Filho, este solicitou a deliberação, pelo Conselho, para que a sua Suplente, a Conselheira Zilda Halben Guerra, pudesse ter direito ao uso da palavra. O Conselho deliberou autorizar à Conselheira Zilda Halben Guerra o uso da palavra nesta reunião. A referida Conselheira relatou que a Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo, representada pela Conselheira, vem enfrentando alguns problemas, como o dos aposentados que estão vivos e são tidos como falecidos, bem como o dos holerites dos aposentados, em que não mais aparece a categoria a qual eles pertencem, sendo que consta apenas como “ex-servidor público”. Em seguida, a Conselheira Zilda Halben Guerra entregou ao Diretor Presidente em exercício os requerimentos feitos pelos aposentados. Em seguida, o Conselheiro Rodolpho Marques Filho disse que estamos na fase dos Contratos de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Consignação, indagando da possibilidade da Diretoria esclarecer ao Conselho, na próxima reunião, acerca das taxas praticadas. Ainda, o aludido Conselheiro indagou acerca da abertura de concurso para os cargos de analistas. Em complemento, o Conselheiro Antonio Dorival Gamba quis saber como estaria a proposta de melhoria dos salários dos técnicos. Após, o Diretor Presidente da SPPREV em exercício esclareceu que, quanto ao observado pelo Conselheiro Antonio Dorival Gamba, em relação aos holerites, a fim de que a SPPREV pudesse assumir o legado, ou seja, as aposentadorias do Executivo que já vinham sendo pagas, bem como para que não houvesse prejuízo aos servidores aposentados, restou estabelecido, em um primeiro momento, que a SPPREV receberia aquilo que a Secretaria da Fazenda fazia, sendo colocado desta forma no sistema, sem a análise de rubrica por rubrica e, aos poucos, seria feito o enquadramento. No tocante às Consignações, que foram questionadas pelo Conselheiro Rodolpho Marques Filho, o Diretor Presidente da SPPREV em exercício afirmou que os contratos estão sendo assinados e os descontos estavam sendo feitos na emergência. O Diretor Presidente da SPPREV em exercício apontou o que ocorreu com a APEOESP, esta teria mandado uma relação de nomes que incluía todos os servidores, a fim de que houvesse o desconto. Uma vez inseridos no sistema, os descontos foram feitos indiscriminadamente. No entanto, os valores que foram indevidamente descontados foram imediatamente devolvidos pela própria APEOESP. Ainda, o Diretor Presidente da SPPREV em exercício disse que, no Diário Oficial de hoje, foi publicado um despacho do Presidente autorizando a assinatura de todos esses contratos de consignação. Com relação à inclusão de consignatária, o Diretor Presidente da SPPREV em exercício explicou que, até o presente momento, não apareceu nenhuma nova, sendo que a decisão de incluir é privativa do Secretário da Fazenda. O Diretor Presidente em exercício esclareceu, ainda, que, quanto às aposentadorias concedidas com mais de 90 (noventa) dias, já havia sido mencionado em reuniões anteriores que, em uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

reunião com o Governador do Estado, foi estabelecida a sistemática pela qual a SPPREV iria conceder as aposentadorias apenas olhando a folha de valor, não atentando para a folha de tempo. Tal conferência seria deixada para momento posterior, com a entrada dos novos técnicos. Desta forma, seria acelerada a concessão das aposentadorias. Diante desta postura, foi dada prioridade à Secretaria da Educação, uma vez que estava mais atrasada, sendo que, somente no mês de julho, mais 1.000 (mil) processos da referida Secretaria foram concluídos com a concessão de aposentadorias, além dos demais órgãos. O Diretor Presidente da SPPREV em exercício lembrou que a grande dificuldade enfrentada é a falta de funcionários, sendo que, para solucionar tal situação, além do concurso para técnico, cujo certame ocorreu em 24 de julho, com previsão, para outubro, de preenchimento de, pelo menos, metade do número de vagas oferecidas, além do projeto de Reestruturação, que está sendo trabalhado, para fins de evitar a evasão verificada no primeiro concurso, devido ao baixo salário. O Diretor Presidente da SPPREV em exercício disse que houve autorização do Governador para abrir concurso para 12 vagas de analistas e informou que a última alteração no texto do projeto de lei retirou a terceira fase do concurso, que seria a aprovação no curso de formação, sendo que o curso de formação permanecerá, porém, não mais como fase do concurso e sim internamente. Com relação ao concurso de Técnico Previdenciário, o que se está pretendendo é a alteração do número de técnicos e da remuneração. O Diretor Presidente da SPPREV em exercício disse que a meta para o ano que vem é não haver mais atendimento terceirizado, mas pelos próprios técnicos da SPPREV. Com a chegada dos novos técnicos, haverá o aumento de pessoal na concessão das aposentadorias e pensões, bem como no fornecimento de homologação de certidões. Quanto ao envio de processos de aposentadoria, o Diretor Presidente da SPPREV em exercício esclareceu que, para qualquer tipo de aposentadoria, existe a introdução das informações pelo sistema, bem como a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

remessa do processo físico. Em seguida, o Presidente do Conselho informou que houve uma reunião com o Governador, alguns Secretários de Estado, com o Diretor Presidente da SPPREV e o Secretário Executivo, onde foi apresentado ao Governador o Projeto de Lei da Previdência Complementar. O Presidente do Conselho complementou a informação passada, afirmando que a ideia é que o Projeto de Lei que trata da Reestruturação dos Quadros de Funcionários da SPPREV seja encaminhado à Assembleia Legislativa juntamente com o Projeto de Lei da Previdência Complementar, consistindo em um pacote previdenciário, reivindicação esta do próprio Secretário da Fazenda. O Presidente do Conselho declarou ter sugerido ao Secretário da Fazenda e este ter acolhido a ideia de, para a próxima reunião do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, colocar em pauta os dois assuntos, tanto a Previdência Complementar quanto a Reestruturação dos Quadros da SPPREV, antes de serem submetidos ao Governador. Com isso, seria possível discutir, no CQGP, a priorização dos dois projetos, principalmente o da Reestruturação, pois o da Previdência Complementar já foi priorizado pelo Governador. O Diretor Presidente da SPPREV em exercício ressaltou que, na verdade, a Previdência Complementar é um projeto da Secretaria da Fazenda e seu Diretor Presidente e o Secretário Executivo dele participam pelo conhecimento da matéria. O Conselheiro José Salomão Fernandes observou que a representação das universidades é contra o referido projeto. A Conselheira Marta Elizabete de Araujo questionou se referido projeto abrangerá todos os Poderes. O Presidente do Conselho disse que esse é um dos assuntos que está sob deliberação. Após, o Diretor Presidente da SPPREV em exercício informou aos presentes que o Dr. Carlos Henrique Flory, atual Diretor Presidente da SPPREV, não se encontrava presente na reunião do Conselho porque estava em Brasília, para uma reunião do CONAPREV, órgão que reúne as entidades de Previdência Pública, no Ministério da Previdência Social, sendo que o tema da referida reunião era o das alterações na Lei 9717/98, que fixa as diretrizes



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

gerais da Previdência Pública. O Diretor Presidente da SPPREV em exercício informou, também, da saída da ex-Diretora de Administração e Finanças, Carmen Silvia Pagotto, apresentando, aos Conselheiros, o novo Diretor de Administração e Finanças, Reinaldo dos Santos Lima. Feita a apresentação e dadas as boas vindas, passou-se à apreciação dos Balancetes de abril e maio de 2011. O Conselheiro Antonio Dorival Gamba disse que analisou os relatórios e constatou que as observações feitas em relação aos anteriores persistem. Ainda, o referido Conselheiro observou que estamos em agosto analisando os Balancetes de abril e maio, sendo necessário reduzir esse prazo, pelo menos para um mês. O Conselheiro Antonio Dorival Gamba questionou se foi alterado ou se está em andamento a alteração do contrato com a empresa de auditoria, para que ela passasse a atender o Conselho de Administração, quando solicitada a presença dos auditores. Outra questão que foi ressaltada pelo Conselheiro Antonio Dorival Gamba foi que, em 2009, o Conselho aprovou a contratação de uma empresa de auditoria operacional, para fazer a auditoria do sistema do SIGEPREV. O Conselheiro quis saber do resultado e solicitou que o relatório fosse apresentado ao Conselho. O Diretor Presidente da SPPREV em exercício disse que a empresa já foi contratada e que solicitará o relatório à Diretora de Relacionamento com o Segurado. A Conselheira Eugênia Netto de Andrade indagou acerca da contratação da empresa que substituiu a Fundação Getulio Vargas e como tem sido seu trabalho. O Diretor Presidente da SPPREV em exercício disse que não está havendo qualquer problema, esclarecendo que a empresa contratada tem o caráter de exclusividade, pois é a única detentora do principal software que é utilizado pela SPPREV para o SIGEPREV. A Conselheira Ivani Maria Bassotti perguntou se o contrato com a Atlantic Solution Informática é referente ao sistema do SIGEPREV. O Diretor de Administração e Finanças e o Diretor Presidente da SPPREV em exercício responderam afirmativamente. A Conselheira Ivani Maria Bassotti questionou se, em síntese, para rodar a folha de pagamento,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

paga-se a Atlantic Solution mais a hospedagem do IMESP, isto é, se este seria o custo total do sistema que gera aposentadoria e pensão. O Diretor de Administração e Finanças disse que o custo total é referente ao SIGEPREV e ao IMESP. O Conselheiro José Salomão Fernandes observou que são vários os contratos que cuidam das questões de informática, solicitando que haja a explanação de cada contrato de informática, explicando como funciona cada serviço contratado. Em seguida, depois de respondidos todos os questionamentos, os Balancetes de abril e maio de 2011 foram aprovados pelo Conselho de Administração da SPPREV por unanimidade. Por fim, ficou agendada a próxima reunião ordinária para o dia 2 (dois) de setembro, sexta-feira, às 10 horas. E, para constar, eu, Paola Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo esta Ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

José Roberto de Moraes
Diretor Presidente em exercício da
SPPREV

José do Carmo Mendes Junior
Presidente do Conselho

Maria Rita Vaz de Arruda
Corsini
Vice-Presidente do Conselho

Celso Pinhata Júnior
Conselheiro

Ivani Maria Bassotti
Conselheira

Júlio Bonafonte
Conselheiro



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Marta Elizabete de Araujo
Conselheira

Ernesto de Jesus Herrera
Conselheiro

Carlos Antônio Gamero
Conselheiro

Rodolpho Marques Filho
Conselheiro

Antonio Dorival Gamba
Conselheiro

Ângelo D'Agostini Júnior
Conselheiro

Luis Carlos dos Santos
Conselheiro

José Salomão Fernandes
Conselheiro Suplente

Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd
Conselheira

Paola S. Camargo
Secretária do Conselho